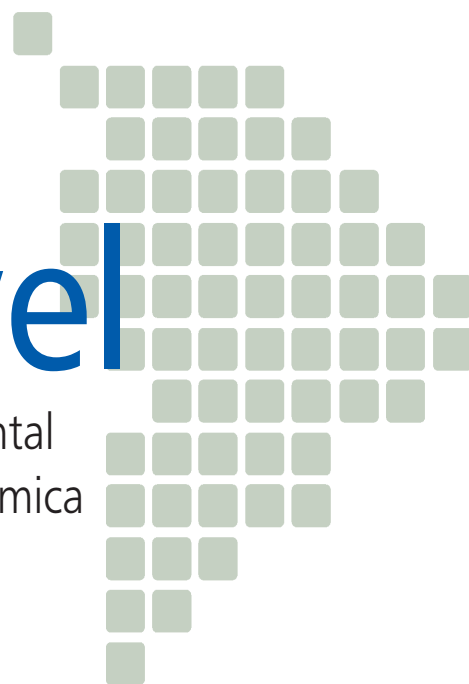


Mercosul Sustentável

Somente a integração socioambiental
garantirá a sustentabilidade econômica



Um grande acordo comercial que vai se legitimando através das práticas comuns de inclusão social. O Mercado Comum do Sul (Mercosul) – formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – surgiu, inicialmente, como zona de livre comércio, estimulada pela liberação tarifária gradual, linear e automática acertada pelos quatro parceiros. Atualmente, o bloco, que compreende uma área total de cerca de 12 milhões de quilômetros quadrados (mais de quatro vezes o tamanho da União Européia), representa um mercado potencial de 200 milhões de habitantes e um PIB acumulado de mais de US\$ 1 trilhão, o que o coloca entre as quatro maiores economias do mundo, logo atrás do Nafta, União Européia e Japão.

O instrumento jurídico inaugural do Mercosul foi firmado em 1991, durante o Tratado de Assunção, e previa a liberação de cerca de 95% do comércio entre os países envolvidos. A Tarifa Externa Comum (TEC) encontra-se definida para praticamente todo o universo tarifário do Mercosul, tendo sido implementada em grande parte a partir de 1º de janeiro de 1995. Até o próximo ano, quando termina o período de convergência ascendente ou descendente

das tarifas nacionais que ainda se encontram em regime de exceção, a TEC deveria estar implementada para a totalidade do universo tarifário.

No entanto, muitas destas expectativas econômicas estão congeladas. O Mercosul passa por uma série de tensões comerciais envolvendo, principalmente, os dois principais parceiros do acordo – Brasil e Argentina. As seguidas crises econômicas que afetaram o mundo na segunda metade da década passada e, em especial, a que atingiu diretamente a economia argentina, estagnaram as negociações dentro do bloco.

No início dos anos 90, Brasil e Argentina já se aproximavam, indicando uma nova fase na integração latino-americana, procurando a eliminação de todo tipo de barreiras ao intercâmbio e a efetiva integração entre as economias a partir da complementação e criação do comércio.

A base do processo de integração é a existência de regimes democráticos pois os regimes militares instigavam o isolamento e defesa das fronteiras. O Tratado de Assunção não contém disposições que estabelecem a atitude a ser adotada pelos países membros desse processo, em caso de queda do sistema

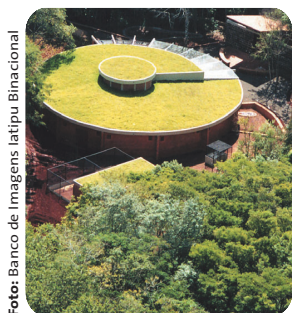


Foto: Banco de Imagens Iatipu Binacional

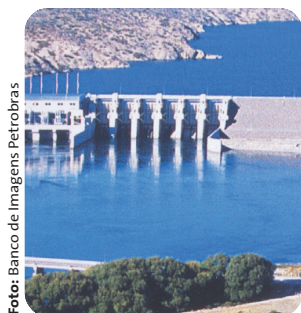


Foto: Banco de Imagens Petrobras



Foto: Banco de Imagens Petrobras



Foto: Banco de Imagens Petrobras



Foto: Banco de Imagens Iatipu Binacional

democrático em qualquer deles. A crise político-econômica brasileira (o *impeachment* do ex-presidente brasileiro Fernando Collor) causou preocupações e induziu os governantes a confirmar a plena vigência das instituições democráticas como propósito indispensável para a existência do Mercosul.

Para se obter a livre circulação de mercadorias, capital e trabalhadores, a liberdade de estabelecimento e competição implica a adoção de medidas de várias ordens para superar as diferenças que hoje provocam certa incerteza para a constituição do bloco comum.

O uso adequado dos recursos naturais em termos econômicos e ambientais, através da integração energética entre os países do Mercosul, pode ajudar a alcançar a eficiência da produção de energia com redução de custos. Atualmente, as tarifas energéticas argentinas são altas, comparadas às brasileiras.

O Brasil dispõe de energia excedente semelhantemente ao Paraguai (obras de Itaipu e Yaciretá). O Uruguai tem energia escassa e também cara, necessitando de melhor planejamento no setor para levantar as oportunidades de intercâmbio energético. A recente crise do gás na Bolívia e a turbulência política na Venezuela, uma das maiores produtoras de petróleo do mundo, demonstram o quanto ainda o continente precisa caminhar para encontrar a normalidade institucional.

Outro ponto importante é o estímulo à investigação de novas tecnologias para a

conservação de energia e a criação de linhas de crédito através de agentes internacionais com vistas à implementação da integração nesta área.

Integração solidária

Com tantas demandas a serem atingidas, o aspecto social começou a ganhar força, como meio de obter resultados mais eficazes para a integração efetiva do bloco. Representantes da área social do Brasil e Argentina reuniram-se, entre os dias 3 e 4 de agosto, em Buenos Aires, no âmbito do Instituto Social Brasil / Argentina (ISBA). Do lado brasileiro, participaram os ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Educação, Relações Exteriores, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), entre outros órgãos federais.

Um dos principais assuntos em debate foi a alimentação escolar. Crispim Moreira, da Secretaria de Segurança Alimentar do MDS, apresentou às autoridades argentinas a experiência brasileira na aquisição de alimentos da agricultura familiar e o repasse destes mantimentos para a merenda escolar. Moreira fez uma exposição sobre o programa de incentivo à criação de hortas comunitárias e bancos de alimentos e à agricultura orgânica.

A avaliação e monitoramento dos indicadores sociais dos dois países foi o tema apresentando por Guilherme Rabello, da Secretaria de Avaliação e

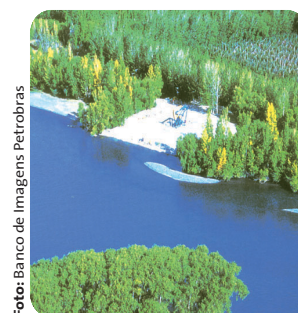


Foto: Banco de Imagens Petrobras

O uso adequado dos recursos naturais em termos econômicos e ambientais, através da integração energética entre os países do Mercosul, pode ajudar a alcançar a eficiência da produção de energia com redução de custos.

"O Mercosul é uma experiência de integração meramente econômica, sendo a proteção dos direitos humanos tema político, que começou a ser mais destacado no processo de integração."

Milechele Ribeiro de Oliveira, autora do livro *Os Direitos Humanos dos Países do Mercosul*



Foto: Giovanni Sergio/Petrobras



Gestão da Informação do MDS. Segundo ele, uma das medidas em discussão é o aprimoramento de um sistema de indicadores do Mercosul Social. Trata-se de um banco de dados sobre as políticas sociais de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que servirá para elaborar estratégias de combate às desigualdades sociais entre os países.

O tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual foi outro tema da plenária. As autoridades propuseram uma maior cooperação para prevenção destes crimes e para fomentar projetos de economia solidária e desenvolvimento local.

"O Mercosul, conforme disposto no art. 1º do Tratado de Assunção, é uma experiência de integração meramente econômica, sendo a proteção dos direitos humanos tema político, que, de alguns anos para cá, começou a ser mais destacado no processo de integração do bloco", destacou a acadêmica do curso de Direito da Universidade Paranaense de Cascavel, Milechele Ribeiro de Oliveira, autora do trabalho *Os Direitos Humanos dos Países do Mercosul*, feito em conjunto com o pesquisador Rodrigo Ribeiro Sampaio.

Milechele ressalta a importância da participação dos organismos internacionais vigilantes das declarações dos direitos fundamentais da pessoa humana, evitando, com isso, desastrosas repercussões sociais nos países do Mercosul.

O Centro de Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), juntamente com o Fórum da Sociedade Civil nas Américas, realizou um estudo dos "Direitos Humanos no Mercosul". Trata-se de um quadro comparativo dos direitos humanos na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, destacando os avanços ocorridos nas últimas décadas, que coincidem com a redemocratização das instituições políticas. Identifica também alguns dos principais obstáculos para o exercício destes direitos, assim como necessidades e demandas que ainda persistem no nível de seu marco normativo.

Duas grandes semelhanças marcam o contexto mais recente do Cone Sul, segundo o trabalho: as instituições democráticas foram reinstaladas entre os anos 80 e 90, mas a exclusão social, que afeta mais os pobres, não-brancos e mulheres continua existindo, apesar de alguns esforços pela inclusão; atualmente, todos os países membros são governados por regimes democráticos e a sociedade civil não detém mais a exclusividade do discurso pelos direitos humanos.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, o Cone Sul pode ser dividido em dois grupos: o formado por Argentina, Chile e Uruguai, com um desenvolvimento mais igualitários, apesar da recente crise econômica que afetou muito deste aspecto na economia argentina; e o formado por Brasil e Paraguai, onde estão os principais desafios de superar uma histórica dívida social.

Por isso tudo, cresce em espaço no âmbito do Mercosul uma agenda que vai além das questões macroeconômicas. Do ponto de vista da própria sobrevivência do bloco, enquanto espaço de venda de mercadorias e expansão das fronteiras comerciais, os atores necessitam cada vez mais discutir a equidade dos gêneros, étnica e racial, direitos sexuais e reprodutivos, violência doméstica, proteção ambiental e migração. Ou seja, a sustentabilidade em todos os níveis e condições.

Políticas sociais

O incentivo a políticas solidárias e sociais começa a ganhar um contorno continental. Em agosto, os países membros do Mercosul firmaram uma parceria com a Comunidade Andina das Nações – Bolívia, Equador, Colômbia, Peru, Venezuela, Chile, Guiana e Suriname – para adotar iniciativas sociais de emergência na região.

A idéia é unir todos os esforços para criar condições reais de integração entre os países envolvidos. Em dezembro do ano passado, durante a reunião de criação da Comunidade

Sul-Americana, realizada em Cuzco, no Peru, um dos principais temas debatidos pelos Chefes-de-Estado foi a questão da problemática socioambiental no continente.

“Se julgarmos as coisas pelo seu aspecto inicial, teremos um farto material para o pessimismo. Estamos apenas no começo da criação de uma comunidade de países que terá uma dimensão mais ampla que a do comércio”, disse, na ocasião, o ministro-chefe do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, Ênio Cordeiro.

Os próprios governos já reconhecem a dificuldade de se pensar num mercado comum quando a demanda socioambiental ameaça a existência dos próprios blocos econômicos. ■

"Estamos apenas no começo da criação de uma comunidade de países que terá uma dimensão mais ampla que a do comércio"

Ênio Cordeiro, ministro-chefe do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.



Foto: Geraldo Falcão/Petrobras



Foto: Giovanni Sergio/Petrobras